

**ENAN
PUR 2023**

Belém 22 a 26 de maio



Alinhavos urbanos: Criando e Vivendo a Praça da Vizinhança com a “Batalha do Milharal”

Luana Marques Vieira
Universidade Federal do Amapá

Danielle Guimarães
Universidade Federal do Amapá

Sessão Temática 8: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. A ausência estatal no espaço público nas periferias da região norte do Brasil em alguns casos não tem sido empecilho para o uso espontâneo pela população. O presente trabalho traz um extrato de experiência participativa de projeto, com o relato, e reflexões decorrentes, a partir de uma experiência de urbanismo tático no bairro Brasil Novo, em Macapá-AP, que na ausência do equipamento urbano, a praça, um lote no bairro passou por uma “lugarização” espontânea por grupos de moradores, chamada de “praça da UPC”. A experiência envolveu vivências de perto e de dentro das atividades da “Batalha do Milharal”, coletivo que ocupa a “praça” de forma mais expressiva; metodologia participativa, tendo como protagonistas todos aqueles que constroem a praça, com destaque para o coletivo cultural, por seu interesse e participação ativa na pesquisa-ação e a realização da Ação de Extensão “Criar e Viver a Praça da Vizinhança” no local - que fez parte do Circuito Urbano 2019 da ONU-habitat, que tinham como objetivo elaborar um estudo preliminar. Dentre os resultados aqui apresentados destaca-se o aumento e diversificação do uso da “praça” e um panorama, traçado coletivamente, sobre a dinâmica e anseios em torno da “praça da UPC”.

Palavras-chave: Espaço Público; Zona Norte de Macapá-AP; Brasil Novo; Urbanismo Tático; Ação de Extensão.

Urban basting: Creating and living the Neighborhood Square with “Batalha do Milharal” group

Abstract. The absence of the state in public space on the outskirts of the northern region of Brazil, in some cases, has not been an obstacle to spontaneous use by the population. The present work brings an extract of a participatory project experience, with the report, and reflections arising from an experience of tactical urbanism in the Brasil Novo neighborhood, in Macapá-AP, which in the absence of urban equipment, the square, a lot in the neighborhood underwent a spontaneous “placement” by groups of residents, called “UPC square”. The experience involved experiences from up close and from within the activities of the “Batalha do Milharal”, a collective that occupies the “square” in a more expressive way; participatory methodology, having as protagonists all those who build the square, with emphasis on the cultural collective, for their interest and active participation in the action-research and the carrying out of the Extension Action “Create and Live the Neighborhood Square” in the place - which was part of the UN-habitat Urban Circuit 2019, which aimed to prepare a preliminary study. around the “UPC square”.

Keywords: Public Space; North Zone of Macapá-AP; Brasil Novo; Tactical Urbanism; Extension Action.

Hilvanado Urbano: Creando y Viviendo la Plaza del Barrio con la “Batalha

do Milharal”

Resumen. *La ausencia del Estado en el espacio público de la periferia de la región norte de Brasil, en algunos casos, no ha sido obstáculo para el uso espontáneo por parte de la población. El presente trabajo trae un extracto de una experiencia de proyecto participativo, con el relato, y reflexiones surgidas de una experiencia de urbanismo táctico en el barrio Brasil Novo, en Macapá-AP, que ante la falta de equipamiento urbano, la plaza, mucho en el barrio sufrió una “colocación” espontánea por parte de grupos de vecinos, denominada “plaza UPC”. La experiencia implicó experiencias de cerca y desde dentro de las actividades de la “Batalha do Milharal”, un colectivo que ocupa la “plaza” de una manera más expresiva; metodología participativa, teniendo como protagonistas a todos los que construyen la plaza, con énfasis en el colectivo cultural, por su interés y participación activa en la investigación-acción y la realización de la Acción de Extensión “Crear y Vivir la Plaza del Barrio” en el lugar - que formó parte del Circuito Urbano ONU-Habitat 2019, que tuvo como objetivo la elaboración de un estudio preliminar en torno a la “Plaza UPC”.*

Palabras clave: Lugar público; Zona Norte de Macapá-AP; Brasil Novo; Urbanismo Táctico; Acción de extensión.

1. Introdução

Considerando-se o tecido urbano como palco da vida urbana, aqui se joga luz sobre uma dentre suas diversas descosturas: a ausência estatal no espaço público nas periferias região norte do Brasil - mais especificamente no bairro Brasil Novo, na cidade de Macapá-AP. Sendo uma cidade média da região amazônica, Macapá teve expansão urbana pouco assistida pelo Estado, formando periferias como a do bairro em questão. Soma-se a isso a precária participação popular nas intervenções urbanas, e se tem cenários de baixa autonomia e urbanidades carentes, como o do Brasil Novo, onde o Poder Público nega até mesmo o próprio equipamento urbano – a praça – o que levou a uma “lugarização” espontânea de um lote no bairro por grupos de moradores.

Tendo esse cenário como pressuposto, uma imersão foi realizada nele a fim de investigar como ocorreu a lugarização da “praça” da UPC, um espaço sem mobiliário que facilitaria sua identificação como espaço público, no Brasil Novo. A partir disso, pensou-se em uma Ação de Extensão nomeada “Criar e Viver a Praça da Vizinhança”, que envolveria a comunidade em uma experiência participativa de discutir o espaço, pensar soluções e realizar mudanças palpáveis na “praça” dentro das possibilidades e do orçamento (baixo), prática conhecida como urbanismo táctico. É válido lembrar que sempre foi reiterado no processo que o agente responsável por realizar projetos mais concretos é o poder público, porém as organizações sociais populares locais precisam estar organizadas e lutar por uma participação ativa, como observado em Dowbor (2018), a fim de direcionar a construção do espaço de forma democrática - e é nesse espectro que a Ação “Criar e Viver” foi desenvolvida.

2. A descostura

A zona norte de Macapá, como fragmento “periferizado” com relação ao centro da cidade, teve em seu processo de expansão pouca presença estatal no que diz respeito à infraestrutura e equipamentos públicos. Dentre as várias negligências que os bairros da zona norte vivenciam, uma delas, que aqui se discute, é a falta de equipamentos de lazer e desportivos e espaços públicos de convivência de qualidade – é aqui que a descostura é trabalhada. Tendo como premissa que é dever do estado prover políticas públicas nesse sentido, ele falha em diversos bairros da periferia norte da cidade, incluindo no Brasil Novo, que não possui nenhum equipamento de lazer ou sequer uma praça.

Sobre a ideia de espaço público, a coletividade é uma característica inerente em qualquer conceituação e teorização sobre o espaço público. Também trabalha-se o ponto de vista de Serpa (2007), onde o espaço público seria o espaço da ação política ou ao menos da possibilidade dela,

o espaço da reprodução de diferentes ideias de cultura por parte dos diversos grupos que o ocupam, onde haveria o relacionamento entre diferentes sujeitos e percepções.

O foco da presente pesquisa é a praça, elemento que historicamente compõe a morfologia das cidades ocidentais, a qual é diferenciada da rua, lugar de circulação, por possuir intencionalidade de ocupação – foi feita para o encontro, permanência, práticas sociais, como corroborado por Mendonça (2007), ou seja, para abrigar a vida urbana em seu ápice. A praça, segundo Mendonça (2007) como sendo um espaço público resultante de um programa, de uma intencionalidade, que a difere de outros espaços. Outros espaços abertos que não possuem em sua gênese a intencionalidade da ocupação que a praça possui, segundo Mendonça (2007), ainda sim muitas vezes as abrigam, por questões diversas, e muitas vezes porque a vida pública precisa de um palco, e se não tem, cria-se.

Sabendo-se que o presente trabalho estuda uma microparcela (lote) localizada no bairro Brasil Novo, pertencente a Zona Norte, e que este é um espaço público informal e improvisado, faz-se necessário analisar brevemente a questão dos espaços públicos na Zona Norte de Macapá. A ausência deste equipamento urbano no bairro estudado não é um caso isolado: faz parte do cenário dessa parcela negligenciada da cidade.

Desde os primeiros planos urbanísticos feitos para a cidade de Macapá, a Zona Norte, como visto na figura 01, era tida como uma área à margem, destinada à população de baixa renda e à população desapropriada no centro da cidade para a urbanização, segundo Kuwahara et al (2019).

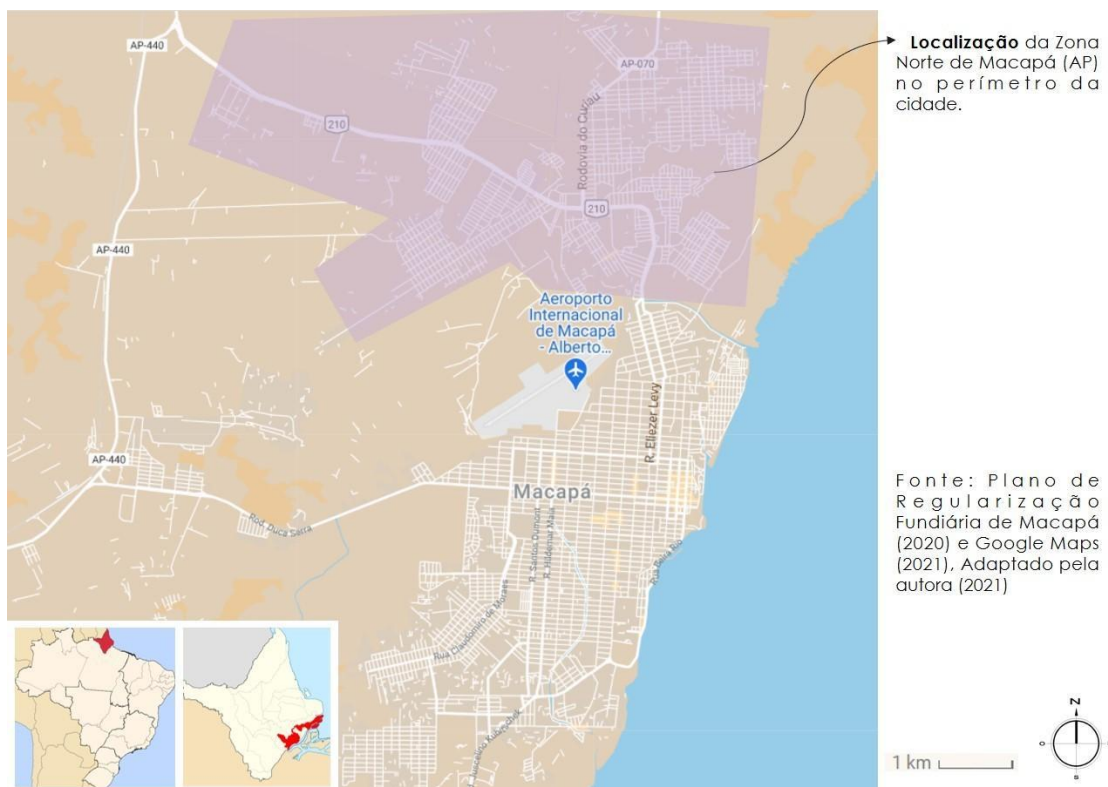


Figura 1. Localização da Zona Norte de Macapá (fonte: PMM, 2020 e Google Maps 2021, adaptado pelas autoras).

Entre 1990 e 2010 foram criados 15 parcelamentos novos, incluindo o Brasil Novo, segundo Silva (2017). Dona Rocher, moradora que estava presente desde que o bairro era uma ocupação irregular, informa que o bairro foi legalizado em 2000 e em 2004 a ocupação deste bairro já podia ser percebida formalmente na malha urbana. Silva (2017) caracteriza essa expansão como intensificadora das desigualdades socioespaciais e criadora de periferias, cenário marcante do

Brasil Novo e na zona norte como todo, que ainda hoje sofre com a má qualidade da urbanização produzida e falta de mobiliário urbano consistente. A partir da análise feita pela autora, é possível interpretar como o espaço público nessa região é fragmentado, esvaziado ou, no caso de praças e parques, até mesmo inexistente.

Estes espaços, que deveriam ofertar lazer urbano, socialização e vida pública para os cidadãos - o que humaniza a cidade, segundo Rolnik (2000) -, a uma distância confortável e acessível para todos, em sua maioria não cumprem com esse propósito, como pode ser analisado na figura 2, que mostra a distribuição desigual de espaços públicos formais na zona norte. Corroborando com Palheta et al (2018), considera-se a maior problemática com relação a esses espaços a má distribuição deles na malha urbana e a circulação. É possível observar na figura 2, que apenas metade da zona norte possui algum espaço público ofertado pelo poder público, que compreende os bairros mais antigos da área analisada, e ainda, na maioria destes, a qualidade ambiental e até mesmo a conservação não é satisfatória, comparado com as praças centrais, que possuem arborização e paisagismo atrativos.

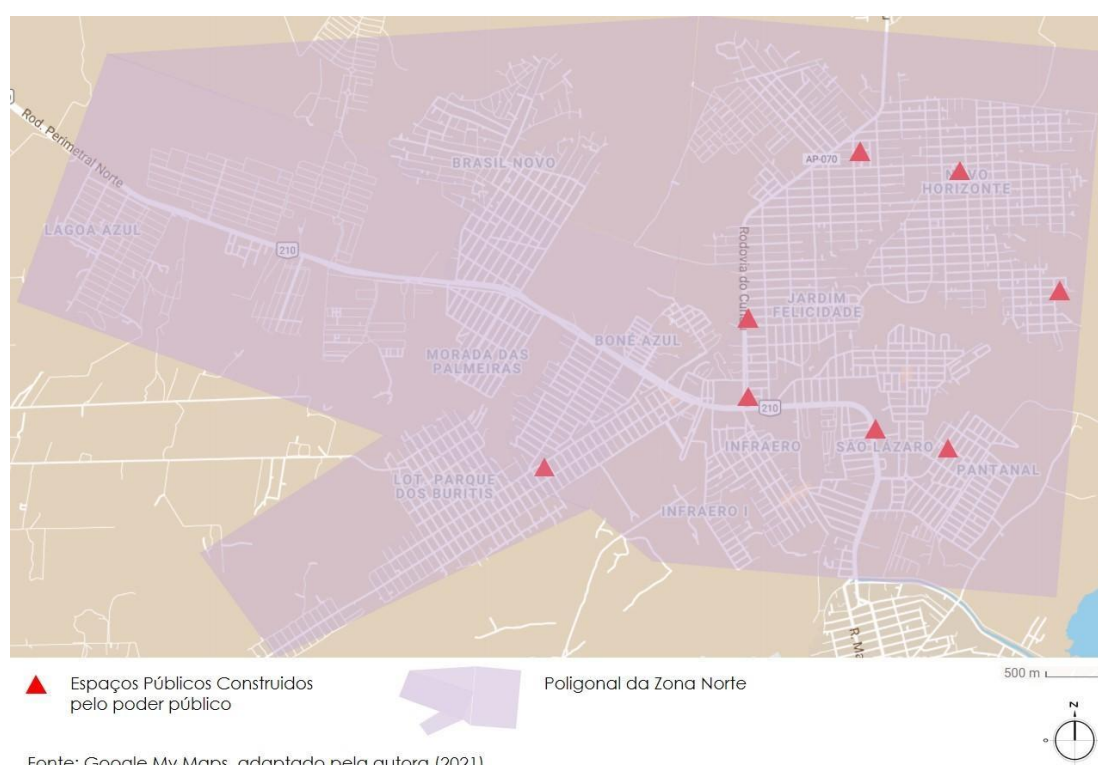


Figura 2. Mapa de Espaços Públicos oficiais da Zona Norte (fonte: adaptado pelas autoras do Google My Maps).

Vale ressaltar que não apenas a quantidade de espaços públicos é muito desigual, mas também a qualidade destes. Na poligonal da zona norte, existe apenas uma praça com mobiliário atrativo, paisagismo e manutenção pública, que é a pequena praça pertencente ao Ministério Público, o Complexo Cidadão da Zona Norte. Fora dessa poligonal, apenas outro espaço pode ser classificado dessa forma, também pertencente a uma instituição pública, que é a praça e rampa de skate do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes), localizado no bairro Infraero.

Mas o agravante da questão dos espaços públicos na Zona Norte é a baixa qualidade projetual (quando existe praça), pois os projetos são majoritariamente limitados ao público que pratica esportes, visto que esses espaços são, resumidamente, arenas esportivas, com outros mobiliários mal integrados entre si e com o entorno e com baixa atratividade, pois apresentam poucas árvores que fazem sombra e paisagismo inadequado. A baixa qualidade projetual – que pode ser explicada pela ausência de participação ou mínima consulta dos moradores dos bairros; ou até mesmo pela

falta de um olhar mais sensível do Estado para com as variáveis e anseios locais – é posta como um agravante, pois gera baixa movimentação ou esvaziamento desses grandes espaços, ou seja, eles se tornam cenários propícios para a violência urbana, longos quarteirões vazios que promovem mais insegurança ao pedestre do que lazer e sociabilidade, como dito por Jane Jacobs (2011).

Reforça-se aqui que espaço público de qualidade é considerado neste trabalho como aquele que inspira seu uso durante o dia todo, ou boa parte dele, sendo vivo, movimentado, e acima de tudo, democrático. Como enfatizado por Rolnik (2000), o lazer humaniza a cidade, e precisa estar integrado nela dentro dos espaços públicos para que a cidade seja viva e menos excludente. Portanto, o bom espaço público é aquele que ouve os anseios de seus usuários, o espaço que traduz em sua concepção e projeto que o foco é o pedestre.

3. O alinhavo

“Praça” é como ficou conhecido o espaço vazio “lugarizado” no bairro Brasil Novo, conceito que, para Tuan (2012), é qualquer local que tenha significado para um grupo de pessoas e Massey (2001) acrescenta também o valor de pertencimento e assimilação político-ideológica. Para analisar este espaço, usou-se da abordagem sobre a urbe que procura entender as relações e ocupações “de perto e de dentro” – e não “de fora e de longe” como é comumente tratado esse tema pelos urbanistas modernos – utilizando como ferramenta a observação participativa e outras da pesquisa qualitativa, conferindo importância à ação dos usuários, como elemento definitivo que dá vida à metrópole, e não apenas às dos grandes atores urbanos (MAGNANI, 2002).

A “praça” da UPC, durante os meses em que foi observada e de acordo com diálogo e convivência com os usuários, pode ser considerada como um espaço “lugarizado” no Brasil Novo, que teve a improvisação de um por parte da sua comunidade, em grande parte de baixa renda - por isso é tido aqui como um alinhavo, uma solução provisória que a comunidade costurou e que precisa ser consolidado com algo menos perene e mais acolhedor. É “lugarizado” porque apesar de ser um terreno vazio, foi apropriado pelos moradores como um lugar de encontro, vendas, prática de esportes, brincadeiras e palco da Batalha do Milharal, prática de resistência. Tais atividades acontecem principalmente a partir do pôr do sol, quando a temperatura ameniza e é mais agradável ocupar a “praça”, visto que não possui arborização nem cobertura.

Durante o período de estudo de perto do coletivo cultural Batalha do Milharal (um processo de pesquisa de observação participante, efetuada entre os meses de abril e outubro de 2019), pode-se perceber que a circulação de pessoas na “praça” não era apenas de pessoas do bairro, mas também dos bairros Morada das Palmeiras, Infraero I e II, Açai, dentre outros da Zona Norte, a maioria dessa diversidade estimulada pela Batalha do Milharal, apesar dos caminhos para o pedestre serem perigosos e sem qualidade mínima. Com isso, pode-se inferir que urge a aplicação de investimentos em infraestrutura viária e na própria consolidação da “Praça” em Praça de fato, a fim de conferir a esse entorno vitalidade urbana e segurança urbana, bem como a humanização, que é negligenciado desde sua criação. Tal fato pode ser exemplificado pela figura 3, que ressalta a falta de praças em todos os bairros do entorno imediato do Brasil Novo.

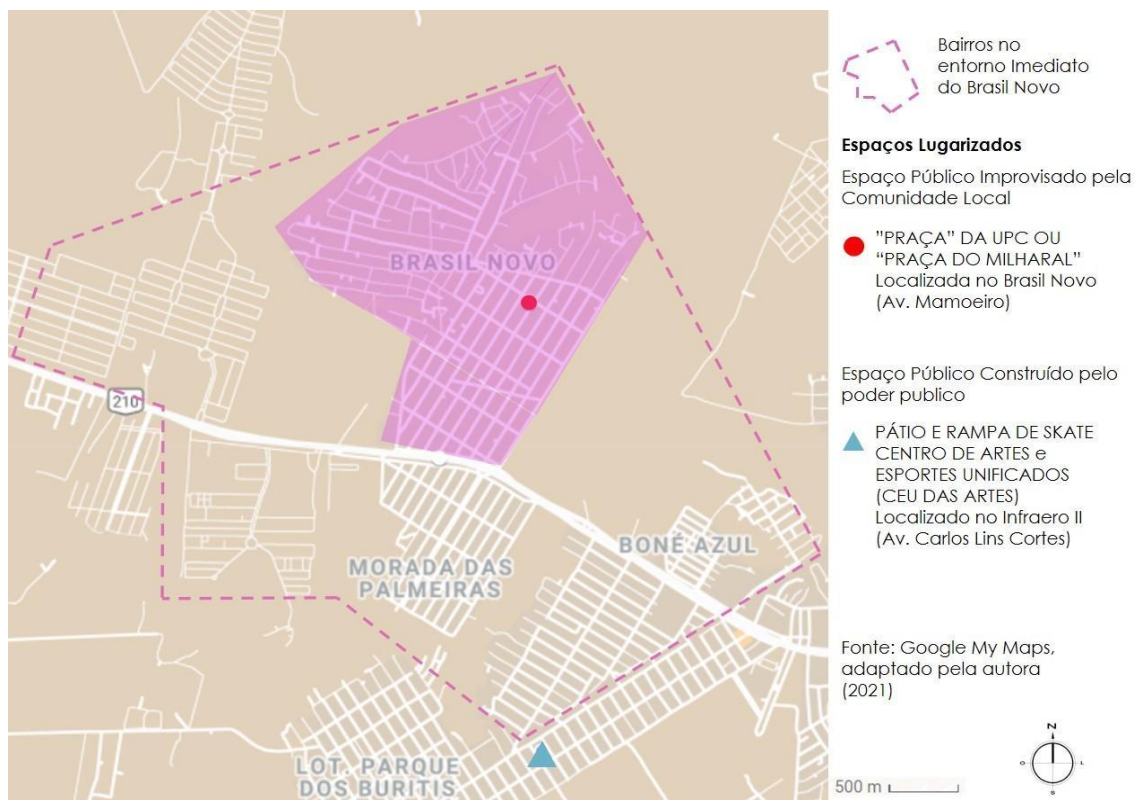


Figura 3. Mapa de Espaços Públicos no Brasil Novo e bairros de entorno imediato (fonte: Google My Maps, adaptado pelas autoras 2021)

Pertencendo inicialmente à Unidade de Policiamento Comunitário (UPC), tanto a “praça” quanto a edificação ao seu lado, foram entregues a um grupo que representava o bairro, o Conselho de Segurança, grupo que trabalhava junto com a polícia a fim de tornar o bairro mais seguro. Antes usado como centro de estudos profissionalizantes para jovens, a edificação permanece sem uso comunitário, sendo usada apenas para pequenos eventos familiares, quando cedida pela líder do Conselho, conhecida como dona Rocher, uma das entrevistadas. No geral, as decisões para uso do lugar para eventos que não são de interesse do Conselho (como as festas familiares), são repassadas para o 2º Batalhão da Polícia Militar, localizado na Zona Norte. Apesar de não haver mais vigilante ou ocupação permanente na área da UPC e da “praça”, os usos mais antigos do espaço passaram por uma aprovação da polícia, entre eles, o primeiro foi a venda de refeições e lanches, pertencente à dona Micélia e sua família, moradora do bairro.

Moradora há 10 anos do bairro, dona Micélia informou que antes a “praça” tinha alguns brinquedos fixos, uma grade pequena que a cercava, e um pequeno campo de futebol e vôlei. Segundo ela, começou a trabalhar naquele local com vendas há 3 anos e desde esse tempo ela e sua família fazem alguns trabalhos de melhoramento do lugar, como pintar os muros, capinar a área em que ocupam e recolher lixo.

A figura 4 mostra parte da “praça”, com o abrigo de parada de ônibus ocupado pela venda e a Rua Mamoeiro, às 19h. Sendo uma das principais ruas do bairro, possui grande movimentação de pedestres e veículos, com um entorno predominantemente de uso misto. A família da dona Micélia, que trabalha com pequenos comércios para sobreviver, também leva brinquedos infláveis e pular-pula para a praça, vendendo alguns minutos de uso para as crianças, e estas geram uma considerável movimentação no lugar. Na figura 5 é mostrado essa outra ocupação da praça, que atrai famílias e crianças do bairro.



Figura 4. Venda de Refeições e Lanches na “Praça” da UPC (fonte: acervo da autora, 2019)

Outro uso observado na “praça” foi a prática de vôlei por um grupo de jovens e adultos, em uma área da “praça” que tem areia e suportes para rede. Ao conversar com um dos participantes, soube-se que a prática também é antiga no local e que foram eles quem providenciaram a pequena infraestrutura para o jogo, que nem sempre acontecia nos períodos chuvosos pois a área com areia alagava, horário que o lugar estava vazio. Geralmente há a presença de dois usos ao mesmo tempo no mínimo (venda de refeições, brinquedos e jogo de vôlei).



Figura 5. Área dos Brinquedos Infláveis na “Praça” da UPC (fonte: acervo da autora, 2019).

Na figura 6 é demonstrado um esquema gráfico de onde e quais as atividades acontecem na “praça”, ao que se analisa a quantidade de grupos e o espaço que ocupam como fatos importantes para a segurança de quem transita no perímetro e para a atração de mais pessoas (pelo entretenimento), como refletido por Gehl e Svarre (2013). A figura 6 mostra ainda que a praça tem muito espaço não utilizado, área esta que não é bem iluminada a noite, horário mais utilizado devido ao clima ameno. Algo a se pontuar é a grande presença de crianças em quase todos os horários, brincando sozinhas ou acompanhadas de algum adulto, público importante ao se projetar uma praça.

Mas a ocupação que mais chamou atenção, durante a pesquisa de campo, foi a Batalha do Milharal, por sua organização e por ser um movimento puramente de resistência cultural, sem fins

lucrativos. Esse movimento se configura por ser um jogo, onde vence quem souber rimar melhor (ou seja, der a melhor resposta, de forma harmônica com o *beat* usado, e ser o mais criativo e espontâneo), onde se tem um “mestre de cerimônia” (quem vai guiar a batalha), e o público, que decide o campeão através do voto. A Batalha foi, na verdade, o que impulsionou o conhecimento desse espaço por parte da pesquisadora, por ter-se aproximado do circuito de batalhas da cidade – por causa da sua ocupação de espaços públicos em vários bairros da cidade, o que chamou a atenção pela sua importância urbanística. Esse movimento cultural foi considerado fundamental para a lugarização da “praça”, tanto por atrair público de muitos bairros da cidade, e até mesmo do município de Santana, como por trazer vida pública, lazer urbano e vivências que não giram entorno do capital, mas sim da sociabilidade, entretenimento, crítica social e sobretudo, aprendizagem, pois o processo de rimar *freestyle* (rimas espontâneas, não decoradas) e batalhar é algo que envolve conhecimento e estudo.

O grupo da Batalha do Milharal ocupa também a estrutura coberta da parada de ônibus, quando a dona Micélia não está com sua venda montada, e outras vezes uma área ao lado da parada, que recebe iluminação de um dos postes de luz que funcionam. A infraestrutura da batalha compõe uma caixa de som pequena, um microfone e às vezes uma cadeira, que um dos responsáveis da organização leva para o local. O foco da batalha são os participantes que rimam, e ao redor deles o público assiste, em cima de algum banco para ver melhor, ou só organizado de forma que todos consigam ver e ouvir a batalha, foto de uma das Batalhas do Milharal. A presença do público é muito importante para o entusiasmo dos MCs, pois é ele que decide quem ganha, através do voto, e que garante a animação do evento, participando como uma torcida em um jogo de futebol, por exemplo.



Figura 6. Mapa de atividades que acontecem na “praça” (fonte: Google My Maps, adaptado pelas autoras, 2021).

Em se tratando do entorno imediato da praça, foram analisados os quarteirões de proximidade imediata, identificados no mapa, destacando-se o uso do solo predominantemente misto – com uma quantidade considerável de pontos comerciais (17 no total, em sua maioria comércio

4. De Perto e de Dentro: A Batalha do Milharal

O circuito de Batalhas de *Rap* não é tão recente como pode parecer para alguns, mas ganhou mais força e visibilidade nos últimos anos, pois o movimento *hip hop* como todo esteve mais presente nas mídias e popularizado. Parte disso se deu por meio do Duelo de MCs nacional, que acontece em Belo Horizonte todo fim de ano desde 2007, no qual muitos MCs objetivam disputar – pelo prêmio em dinheiro, pela visibilidade alcançada de sua arte e possibilidades de ter seu trabalho alçado a patamares mais elevados.

As batalhas começaram a se espalhar pela cidade, tendo como palco espaços públicos (oficiais ou não), a partir da “batalha central”, como é chamada pelos integrantes do circuito a Batalha da Bandeira, que acontece na praça da bandeira de Macapá. A Batalha do Milharal foi criada no Brasil Novo, em um momento de descontração entre amigos, que já rimavam na batalha central, e ganhou esse nome por ter começado em um quintal que tinha uma pequena plantação de milho, segundo entrevista semiestruturada feita dia 18 de maio de 2019 com um dos MCs fundadores, André Yuri, conhecido como “Bruxo”. A batalha, por ser uma atividade semanal, é classificada aqui como “ação cotidiana”, o primeiro tipo de ação, o que normalmente inicia o processo de identificação com o lugar, segundo Moranta e Urrutia (2005), e é sucedido por outros dois, comentados posteriormente.

Percebeu-se, por meio do acompanhamento de perto durante 6 meses, que a Batalha do Milharal, registrada na figura 8, cumpre esse papel no Brasil Novo, na qual os participantes depois de uma jornada de estudo e/ou trabalho, se reúnem para esse momento de lazer onde podem expor seus sentimentos e críticas, além de brincadeiras, mas onde principalmente podem ser ouvidos (segundo falas dos participantes) no espaço público de uma cidade que os nega direitos básicos urbanos. Em entrevista com o integrante André Yuri, o “Bruxo”, ele afirma que a batalha foi pra ele um “divisor de águas” pois conseguiu enxergar os preconceitos que carregava e se tornar uma pessoa melhor, comentou também que via o movimento como um lugar de empoderamento e autoafirmação para os seus participantes, corroborando com o que foi dito por Badaró et al (2011).



Figura 8. Registro de uma das edições da Batalha do Milharal de maio de 2019 (fonte: acervo das autoras, 2019)

Quem observa de fora a batalha, só vê um grupo de jovens reunidos com um *beat* tocando alto, mas quando se tem um microfone, as rimas são ouvidas à distância, agregando sonoridade à

paisagem. Durante a batalha, vê-se muitas expressões de raiva ou deboche por parte dos MCs, que fazem parte dos seus ataques, mas no final sempre há um abraço entre os oponentes, como observado na figura 9, ou um aperto de mão, mantendo-se o “espírito esportivo”.



Figura 9. MCs da Batalha do Milharal se abraçando após o final da disputa (fonte: acervo das autoras, 2019).

Dessa forma, é entendido aqui o hip hop (do qual o rap é um dos elementos) como um movimento político e cultural intrínseco também às lutas de direito à cidade por parte das periferias em vários países, usando de elementos musicais, artes plásticas e dança (BADARÓ et al, 2011). Para reafirmar esse pensamento, tem-se a fala do integrante “Bruxo” em entrevista realizada em 2019, de que o movimento é um espaço que o jovem de periferia tem para ser ouvido.

Em contrapartida à ideia errônea difundida, esses jovens de periferia não estão alienados perante sua realidade, como mencionado por Badaró et al (2011), e isso é comprovado por meio das rimas de cunho crítico e da discussão de diversas pautas sociais (como a luta por direitos, o racismo, a homofobia e o machismo), e constatado também por meio da observação participante em todas as Batalhas do Milharal. A Batalha do Milharal não expressa apenas discurso rimado, mas materializa-se em ações concretas, proativas, feitas no bairro, mais especificamente na “praça” e pela “praça”; por esse coletivo.

É considerado aqui o *hip hop*, mais especificamente, o circuito de batalhas de *rap*, como um agregador social, um *locus* onde diversos sujeitos se organizam, e possível formador de consciência política, capaz de reviver os movimentos sociais de luta urbana e com o qual o urbanista pode (e deve) trabalhar em conjunto, a fim de construir espaços públicos mais democráticos.

Sobre a Ação Social realizada, registrada na figura 10, ela objetivou aproximação com a comunidade por parte do coletivo da Batalha, nas palavras de Pedro, “mostrar o que é de verdade o *hip hop*”, e pode ser caracterizada como o que Moranta e Urrutia (2005) chamaram de “ação voltada para o lugar”, segundo tipo de ação que gera identificação e apego com o lugar. Segundo Pedro, a organização de todas as atividades foi feita por eles, através de amigos e contatos, sem “ligação política”, disse ele; os cortes de cabelo social foram feitos por ele e seu irmão, barbeiros, os enfermeiros presentes para aferição de pressão arterial eram conhecidos do grupo, assim como a massoterapeuta. Eles conseguiram também uma feijoada com uma vizinha, que distribuíram de

graça. A limpeza da praça para o evento também foi feita pelo grupo, o som, como ele disse, “foi mendigado” – conseguido após grande insistência.



Figura 10. Ação Social e Cultural organizado pelo Coletivo da Batalha, na UPC (fonte: acervo das autoras, 2018)

Soube-se do projeto de praça que eles haviam desenhado em uma conversa no evento e, ao ser questionado sobre ele, o entrevistado apelidou de “projeto sonhando alto”, ele comentou ainda que tinha desenhado com o irmão há cerca de 3 anos (em 2021 o projeto tem 6 anos, já que a entrevista foi realizada em 2018), um pouco antes do início da Batalha do Milharal. Como ele e o irmão andavam de skate, sempre sentiram falta de um lugar que pudessem praticar no bairro, então, como o ideário de praça já existia na “praça” da UPC, eles mediram o lugar e com ajuda da internet para pesquisar como se fazia uma planta de praça, desenharam a planta. Como o entrevistado disse, “a gente não tem recurso, mas sempre foi esperto pra tentar”, eles sempre foram proativos e tinham planos de levar o desenho para algum representante público. Segundo Moranta e Urrutia (2005), essa seria uma “ação em torno de futuros projetos no local”, o terceiro e último tipo de ação necessária para se observar uma real identificação entre sujeitos e espaço.

Sobre o conteúdo da planta, Pedro disse que queriam algo “simples, mas coerente”, “uma coisa que não fosse assim Oscar Niemeyer”, citando o arquiteto famoso. O primeiro desenho foi apenas uma pista de skate, mas depois do envolvimento do entrevistado com o *hip hop*, ele percebeu que a praça deveria ser para todos, “a gente quer colocar o máximo de cultura que der aqui”; portanto, o projeto de praça feito por eles tinha uma quadra poliesportiva, academia ao ar livre e pista de skate.

Entre os dias mais movimentados da Batalha do Milharal, dois foram marcantes. O primeiro, que mostrou a fraternidade existente entre os membros, foi o dia da edição especial da Batalha, que seria tema “chá de bebê”, para a integrante do coletivo Ana Luísa, filha de uma das organizadoras da Batalha. Depois houve uma reunião, momento em que se discutiu também sobre a Ação de Extensão e se colheu ideias e opiniões a respeito e a ideia foi bem recebida, todos concordaram e quiseram ajudar.

O segundo dia marcante foi uma pré-seletiva, visto na figura 11, onde muitos grupos se apresentaram, declamaram poesia, e batalharam. A atmosfera que se sentia em dias como esse era a de estar de fato presenciando um show, mesmo que com aparato técnico precário, o público presente se envolvia muito nas apresentações, da cantora e rapper Yanna MC (moradora do

bairro), sendo fãs dos próprios amigos. Nesse dia, estavam presentes na batalha 24 homens e 11 mulheres e coincidiu de todos os outros grupos que ocupam estarem lá. Foi muito gratificante presenciar a “praça” cheia. O público em alguns momentos se sentou no chão para descansar, como visto na figura 11, havia mais crianças brincando como de costume, o grupo de vôlei jogava, a movimentação da venda de refeições estava alta.



Figura 11. Uma das edições especiais da Batalha do Milharal, em maio de 2019 (fonte: acervo das autoras, 2019).

Posteriormente, às vésperas do principal evento do ano (a eliminatória regional para o Duelo Nacional, que aconteceria ali na “praça”), como oficialmente parte da organização, trabalhou-se na limpeza da “praça”, recolhendo lixos, tirando matos, e pintando um dos muros de tinta colorida, como mostra a figura 12, mais um exemplo de “ação orientadas para o bairro” cedida pela Dona Micélia. Ajudaram nessa noite 5 membros e nessa mesma noite a pintura e a limpeza foram concluídas. O evento contou com atrações e a poesia e com venda de lanche e brechó, a fim de levantar fundos para a batalha conseguir equipamentos melhores.



Figura 12. Início do evento cultural de julho de 2019 organizado pelo Coletivo com o muro recém pintado ao fundo e área limpa (fonte: acervo das autoras, 2019).

Conforme os conceitos de identificação com o espaço de Pizzinato et al (2016), a Batalha do Milharal torna o espaço da “praça” um lugar, muito mais do que as outras ocupações observadas no local. A venda de comidas e o aluguel de brinquedos estabelecem uma relação puramente comercial com a “praça”, apesar de movimentá-la, e o grupo de vôlei não desenvolve tantas ações no espaço, além do jogo, nem somam com sociabilidade com os demais usuários.

O coletivo da Batalha do Milharal, diferente dos outros, possui uma relação forte com o espaço e com o aspecto social dele, pois promove não apenas semanalmente a batalha, mas ações sociais, eventos musicais, além de limpar e cuidar do espaço (como o dia de pintura do muro), agregando às atividades de lazer cultura e sociabilidade, pois atrai público de toda a cidade. Além disso, foi o único grupo que se interessou por melhorias e projetos futuros na “praça” e demonstrou isso na prática, participando da Ação de Extensão desenvolvida em forma de urbanismo tático, a fim de plantar a semente de uma praça melhor e concreta, sem as aspas (um exemplo de “ação relacionada ao futuro do local”) (MORANTA e URRUTIA, 2005).

Retoma-se a afirmação de Pizzinato et al (2016), como algo que se concluiu a partir do acompanhamento do coletivo da Batalha do Milharal: As formas “mais afetivas” de ocupação do espaço público são fundamentais para a qualidade da vida pública e estas são promovidas por grupos que acabam por ressignificar o espaço e incentivar a criação de redes de pessoas. E é exatamente isso que a Batalha do Milharal alcançou na “praça” da UPC, a ressignificou, chegando até mesmo a renomeá-la como “Praça do Milharal” (os participantes a chamam assim); e construiu laços e redes de pessoas diversas, desde 2017 - como mostra a figura 13, o grupo e parte do público reunido na antiga arquibancada, com membros antigos que permaneceram ativos no coletivo até o final da presente pesquisa.



Figura 13. Público reunido na antiga arquibancada da Batalha do Milharal de 2017 (fonte: página da Batalha do Milharal no facebook, publicação de 2017, acesso em abril de 2021).

Nesse locus, foi desenvolvido tanto a “ação-transformação”, composta pelos 3 tipos de ação já mencionados, - a apropriação pela transformação da territorialidade em um novo espaço, com a marca do indivíduo ou grupo, gerando significado individual e social - quanto a “identificação simbólica”, onde o espaço passa a ser uma expressão de identidade de um grupo, podendo-se inferir a partir disso que é um espaço público lugarizado e apropriado pela Batalha, gerando apego ao lugar, mesmo com sua precária infraestrutura, e identidade (MORANTA e URRUTIA, 2005).

5. O bordado a partir das tramas: Criando e Vivendo a Praça da Vizinhança

Como metodologia de campo, a pesquisa-ação que foi registrada como ação de extensão pela Universidade, a “Criar e Viver” nasceu do desejo de se construir na prática algo junto à comunidade. E para dar uma base mais sólida, foi inscrita no Circuito Urbano de 2019, sendo posteriormente aceita. O tema do Circuito de 2019 foi Cidades Inovadoras e Inclusivas e o evento inscrito denominado “Criar e Viver a Praça da Vizinhança”, que se encaixou como inovador e inclusivo por propor oficinas com participação da comunidade a fim de se pensar e executar uma pequena praça temporária, para que mais pessoas conhecessem o anseio local por uma praça formal e tornar a “praça” da UPC mais visível e movimentada.

5.1. Urbanismo Tático

Tratando-se da reapropriação de escala local e “pró-ativismo” urbano, deparou-se nos percursos da pesquisa com um tema alternativo e que gerou reflexões e ideias acerca do objetivo “idealista” do trabalho: a premissa era trabalhar diretamente na cidade com uma demanda real, em coletivo com a comunidade local e produzindo algum impacto positivo no espaço público da cidade. Percebeu-se que o que se estava querendo fazer já tinha nome: urbanismo tático.

O urbanismo tático é uma ferramenta prática dentro do campo de conhecimento do urbanismo, mas está longe de ser atividade exclusiva do urbanista. Ressalta-se aqui essa possibilidade e facilidade de apropriação por qualquer cidadão como característica importantíssima, principalmente dentro do presente trabalho, que possui como base filosófica a autonomia, como o apresentado por Souza (2010). Desta forma, vê-se aqui o Urbanismo Tático como uma estratégia de recuperação do poder sobre a cidade pelos cidadãos e, a partir das ideias desse conceito, foi elaborada a ação “Criar e Viver a Praça da Vizinhança”, que buscou realizar ações pontuais com participação da comunidade do bairro Brasil Novo.

O adjetivo “tático” é conceituado como “relativo a ações de pequena escala que servem um propósito maior” e “hábil no planejamento ou em manobras para realizar um propósito” pela publicação “Urbanismo Tático: Ação a Curto-prazo, Mudança a Longo-prazo”, segundo Lydon (2012). Objetivando combater a falta de participação e o baixo engajamento popular nas práticas de planejamento e projeto urbano, o urbanismo tático trabalha a escala local (bairro e/ou vizinhança), na qual os moradores têm mais propriedade para opinar e analisar com base em sua vivência diária, e principalmente, intervenções feitas de baixo para cima, empoderando a população, segundo Comparth (2017).

Dessa forma, é permitido aos atores locais testarem os impactos das intervenções pensadas antes de um grande investimento financeiro em intervenções maiores – algo que se buscou também com o “Criar e Viver a Praça da Vizinhança”. De forma “mais ou menos formal”, essas estratégias também são conhecidas como “urbanismo de guerrilha”, “urbanismo faça você mesmo”, “reparação da cidade” e termos afins, sempre indicando uma mobilização que envolve pouco dinheiro e muita movimentação social - a primeira coisa já se tinha, a segunda descobriu-se no decorrer da imersão feita no bairro Brasil Novo.

A respeito do urbanismo tático é válido ressaltar também que esse processo de construção da cidade não é novo, e que a chamada “ação incremental” se dá em conjunto com o crescimento das cidades, principalmente em regiões em desenvolvimento, segundo Brenner (2016). De acordo com o autor, essas práticas surgem num contexto de crise de governança, no qual tanto o poder público quanto os setores privados não conseguiram oferecer a todos bens públicos básicos.

Apesar de ser uma abordagem antiga, o urbanismo tático tomou proporções muito maiores nos últimos 15 anos, quando o compartilhamento de experiências na web atingiu seu auge. A ideia base sempre presente é a de reconquista e/ou ressignificação de espaços públicos subutilizados, com a ocupação desses com mobiliários, jardinagem e promovendo atividades neles, muitos grupos surgiram para cada ação específica. Assim, percebe-se que o urbanismo tático não é um movimento ou técnica unificado, como resalta Brenner (2016), mas um espectro que pode se manifestar através de diversos projetos alternativos, experimentais e temporários.

Uma qualidade dos projetos específicos de urbanismo tático é que estes geralmente promovem uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, estabelecendo um processo de empoderamento no imaginário dos cidadãos, o que implica dizer que aqueles que são mais afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la (BRENNER, 2016). Claro que este é o cenário ideal e talvez até mesmo romântico quando se trata de articulação social no Brasil. Portanto, sabe-se que o urbanismo tático e outras estratégias de participação não irão por si só revolucionar o sistema capitalista e precisam estar aliados a outras iniciativas políticas para que se chegue a um patamar alto de controle social – que se acredita aqui ser o modelo político mais democrático.

Ainda, segundo o pensamento do autor, os objetivos de construir-se novos modelos de convivência (principalmente com a participação em foco) e novas dinâmicas de apropriação, não é algo feito apenas com redesenho e reapropriação de espaços físicos, e sim com a adoção de uma agenda política progressista, assim como uma forma de governo inclusiva e colaborativa, implicando dizer que a questão de se ter urbanismos alternativos é dependente não somente de espaços urbanos novos, mas também de novos espaços de Estado (BRENNER, 2016).

5.2. A extensão acadêmica

Em se tratando de extensão acadêmica, cita-se o trabalho de Lima et al (2019) para dar base a conceitos relacionados a este importante pilar acadêmico. Conforme Lima et al (2019), a extensão se torna mais autêntica e transformadora quando é “compartilhamento”, e foi isso que se buscou por meio das imersões feitas - imersões estas também feitas pelos autores e diferentes de um simples trabalho de campo, pois envolve mais tempo, envolvimento com o lugar, e estreitamento de laços entre pesquisadores e comunidade externa

A ideia das oficinas da “Criar e Viver” foi conversada com o coletivo da Batalha, com a Dona Micélia e com Dona Rocher, e apenas o coletivo se comprometeu em ajudar e participar da ação. Posteriormente, houve um consenso sobre as oficinas, mais simples e possíveis de serem realizadas com pouco dinheiro, que foram as realizadas de fato: oficina de móveis com pallets, de plantação de mudas e grafite. Tendo isso em mente, foram reunidos oficiais voluntários de áreas diversas, estudantes, artistas locais e militantes. Elaborou-se materiais de divulgação, que envolveram um flyer, que foi impresso com recursos próprios e distribuído na vizinhança.

Depois de feita a lista dos materiais, produziu-se os ofícios formais para se tentar doações ou patrocínios junto a empresas de material de construção, papelarias e na prefeitura. Durante uma árdua semana de conversas apresentando a Ação para empresas, andanças para distribuir os ofícios - visitou-se 4 lojas de material de construção, 2 papelarias e o Horto Municipal -, no final da semana posterior, obteve-se apenas uma doação de 3 galões de tinta acrílica branca e 4 bisnagas

de pigmento. Posteriormente, conseguiu-se doação de 6 pallets em bom estado, e os materiais para a oficina de plantio junto à UNIFAP, além de mudas e sacos de terra preta com uma loja. O material de papelaria, sprays, rolinhos e pincéis de parede foram comprados com dinheiro próprio, assim como as águas e o lanche, e a tenda foi providenciada por uma vereadora.

5.3 *Enfim, a práxis*

A palavra “práxis” vem do grego, em português é um substantivo feminino, que significa “prática, ação concreta”. Todavia, é bom ressaltar que práxis é a ação embutida de “liberdade e conhecimento”, ação com carga “crítica, reflexiva” como refletido por Fernandes e Araújo (2015), ou seja, na práxis, o agente transforma o espaço e através disso é aperfeiçoado. O “compartilhamento”, tipo de ação de extensão que se almejou no presente trabalho, segundo Lima et al (2019), se alinha à práxis.

A prática da Ação de Extensão “Criar e Viver a Praça da Vizinhança” começou no dia 19 de outubro de 2019, um sábado, às 15h, com divulgação em flyers e mensagens. Enquanto se esperava pelos participantes, crianças se juntaram ao grupo, fazendo com que as primeiras atividades fossem alteradas para uma dinâmica com elas. A partir disso, acrescentou-se à agenda um cinema ao ar livre para o maior público até o momento: as crianças. Às 19h já havia público o suficiente e deu-se início a oficina que estava programada para o primeiro dia, a “Você conhece a praça da UPC?”. Fora os integrantes da Batalha do Milharal e as crianças que chegaram, havia somente um participante desconhecido, o que foi considerado um bom resultado.

O quadro no papel kraft, mostrado na figura 14 foi montado na hora com o nome dos participantes na vertical, como planejado, e as perguntas foram sorteadas e coladas na tabela na horizontal por ordem de temporalidade (sobre o passado, o presente e o futuro da praça), começando com aquelas referentes ao passado da praça, depois do presente. Os participantes estavam livres para responder no *post it* distribuído, fazendo desenhos ou em voz alta.

Uma parte importante dessa oficina foi ela ter sido dividida entre dois públicos de forma improvisada, os jovens e as crianças; sendo que a atividade voltada para as crianças foi direcionada para os desejos delas com relação a praça e a oficina foi produção de desenhos no papel com tinta guache. Conforme a oficina avançava, os participantes interagiam mais entre si, comentando sobre conflitos no bairro e a situação da praça, os quais anotamos para análise. Gadelha ao mesmo tempo que grafitava o muro respondia às perguntas, que eram anotadas em *post its* por uma voluntária. Às 21h30min resolveu-se encerrar, por conta do horário e porque todos estavam cansados.



Figura 14. Painel elaborado na dinâmica da oficina “Você conhece a praça da UPC?” (fonte: acervo da autora, 2019)

O dia 19 de outubro de 2019 foi cheio de aprendizados e sentimentos, desde a ansiedade de ver as coisas não saindo como planejado até a felicidade e satisfação de ver as pessoas participando e discutindo sobre o tema proposto, principalmente a participação de um morador da vizinhança que ainda não se conhecia. Os pontos negativos foram: o atraso para começar a oficina e o baixo número de participantes adolescentes/jovens, pois se esperava pelo menos 10, e apenas 5 compareceram. Os pontos positivos foram: estabeleceu-se contato com o Carlos, morador do bairro e vizinho da “praça”, que se comprometeu a ajudar no projeto; as crianças se envolveram muito, uma boa surpresa.

A partir disso, pode-se observar na prática quem de fato “tinha propriedade” sobre a praça, a “rede de vizinhança das crianças”: os convites circulam rápido entre eles, que se movem rapidamente com suas bicicletas, e qualquer movimentação naquele território desperta curiosidade neles e vontade de participar. Depois dessa percepção, a ideia de agregá-los nas atividades se tornou obrigatória e foi feito o convite para o cinema, o qual já havíamos decidido organizar na sexta, dia 25 de outubro.

No dia 25 de outubro, conseguiu-se o *data show* para o cinema, emprestado por um professor. Às 18h as crianças já estavam no pátio da UPC reunidas; Carlos, o vizinho que tinha se aproximado no encontro anterior, também estava presente. Depois de contratempos com o equipamento, exibiu-se o filme (“Turma da Mônica: Laços”) para 10 crianças. Deixamos o local arrumado e as crianças continuaram lá, brincando entre elas, enquanto alguns pais observavam de longe (também os convidamos para as próximas oficinas).

No dia 26 de outubro tivemos a equipe reduzida. Os lanches, levados pela equipe da ação “Criar e Viver”, foram organizados embaixo da tenda (serviço conseguido por voluntários), junto com

umas cadeiras de praia e banquinhos, toalhas forravam o piso e o ambiente parecia bem convidativo, com música animada e a oficina de grafite acontecendo.

Depois de descarregar o carro com os materiais, organizou-se um mutirão de recolhimento de lixo com quem estava lá, visto que a “praça” estava bem suja. Simultaneamente os oficiantes da grafiteagem começaram a organizar os materiais da oficina e a cal para pintar o muro que seria grafitado, nesse momento um vizinho apareceu com uma escada para ajudar e se envolveu na ação, segundo relato dele, nunca tinha feito pinturas e o desenho que fizera no muro foi o primeiro de sua vida.

As crianças pintaram desenhos no muro, visto na figura 15, que juntamente ao coletivo batalha do milharal havia sido pintado de diversas cores um mês antes, e foi uma experiência única acompanhar a transformação gradual daquele espaço durante os meses em que foi feita a observação participativa até os dias das oficinas. No mesmo muro, uma oficiante artista local grafitou um desenho seu, e o outro muro, pintado com a cal, seria onde os jovens grafitariam posteriormente. Às 17h30 o grupo de jovens de uma escola de música do bairro, que foi convidado na sexta, apareceu e começou a tocar em conjunto, simultaneamente às atividades.



Figura 15. Crianças pintando o muro na Oficina de Grafite (fonte: acervo das autoras 2019)

Às 19h, chegou o grupo de *swordplay*, integrando as crianças no seu jogo. Logo depois chegou o grupo de capoeira da Ana e assim as atividades se deram simultaneamente, cada uma em um espaço da “praça”, que, naquele momento, estava lotada de pessoas diferentes. Percebeu-se que todos estavam envolvidos nas atividades e isso foi muito gratificante, apesar de todo o cansaço pelos preparativos e organização de tudo. O ponto negativo do dia, consenso da equipe, foi o cansaço físico de todo o processo.

Um atrito observado foi com a dona Rocher, pois ela não estava disposta a colaborar com o evento e não disponibilizou as chaves da UPC para a organização, o que foi considerado um ponto negativo pelo grupo, tendo em vista que solicitou-se a utilização das dependências da UPC no ofício entregue a ela semanas antes, e a resposta foi positiva. Sobre isso foi analisado que apesar de no início ela ter demonstrado apoio, não parecia algo que ela apoiasse a ponto de ajudar e participar - inclusive segundo ela, as praças eram lugares que “atraiam baderna e atividades ilícitas”.

No dia 27 de outubro, um domingo, começava o último dia de oficinas da Ação. Para esse dia havia-se planejado quem ficaria responsável por cada atividade: um voluntário seria responsável pela cobertura fotográfica, outros com a oficina de paletes e pneus junto com o oficiante, um grupo com as crianças e um oficiante com a oficina de projeto participativo (que por falta de tempo, não conseguimos realizar), porém, como é normal nesses eventos, houve imprevistos.

Foi realizada uma dinâmica sobre a praça com massinha de modelar com as crianças - que resultou em 9 crianças se divertindo na “pracinha”- , ao mesmo tempo que a oficina de móveis com pallets acontecia em uma região mais sombreada da praça, e os voluntários da oficina de plantio limpavam a praça com ajuda dos participantes.



Figura 16. Mapa esquemático da praça após as oficinas da Ação “Criar e Viver” (fonte: Google Maps, adaptado pela autora 2021)

Pelo horário, desistiu-se de fazer uma oficina específica de projeto mesclando-a à de plantio, iniciando com a identificação das espécies doadas para posteriormente decidir em conjunto onde seriam plantadas, pensando nas atividades realizadas. Muitas pessoas participaram, não apenas pensando sobre as plantas, mas sobre o que se poderia ter nos espaços próximos a elas, onde elas não fossem ocupar. Ana opinou sobre os espaços onde poderiam acontecer a capoeira futuramente, onde a batalha poderia ocupar, onde poderia ser uma área de vivência, e os outros participantes concordaram; Bruxo opinou sobre questões de paisagismo, propondo um corredor de palmeiras, que concordamos e plantamos em conjunto, opinou sobre as áreas de prática de esportes, que considerou importante serem mantidas; os participantes da batalha que estavam presentes também opinaram sobre o posicionamento de algumas espécies, de forma que não atrapalhasse os usos que já existem ali, como o vôlei, a batalha, o aluguel de brinquedos, e onde poderiam ter árvores frondosas para se ter sombra.

Para compreender melhor como ficou configurado o espaço da praça após as oficinas, apresenta-se na figura 16 mapa esquemático dos resultados das oficinas de móveis de pallets e pneus, onde foram plantadas as mudas, e os espaços vazios, que se destinariam a futuras atividades, segundo os participantes, que poderiam ser realizadas caso houvesse algum investimento na área.

6. Conclusão

Aqui se defendeu a democratização do espaço público por meio da participação popular, da observação participante, como uma forma não inivadora do ponto de vista teórico, mas da práxis,

para o processo projetual - visto que não se teve conhecimento de alguma ação como a “Criar e Viver” (sem recursos próprios) foi feito por algum órgão público, que possui orçamento e deveria ter a participação popular como foco. O Ministério das Cidades, que foi extinto em 2019, foi o órgão que mais promoveu ações nesse sentido, como Orçamento Participativo, porém nenhuma no Amapá.

Depois de se ter realizado uma ação participativa, foi percebido na pele todos os entraves, e principalmente sobre a questão primária: precisa-se de tempo e envolvimento com a população para ela estar disposta e querer participar, é um processo pedagógico, de trocas. Precisa-se primeiramente saber por que participar. O segundo entrave foi o recurso financeiro para tudo ser realizado, não só para materiais como para pagamento de voluntários, transporte, divulgação. E apesar da equipe do Criar e Viver ter se dedicado a ela e conseguido realizar o que se propôs, foi extremamente cansativo, e a maior consideração sobre isso é que o responsável por realizar ações desse tipo precisa ser o poder público, caso seja qualquer outra instituição privada o risco de haver corrupção é imenso e de se deturpar a ideia inicial de democracia, mais ainda.

O Urbanismo Tático, por exemplo, como foi usado na pesquisa, precisa ser uma ferramenta pública, e não privada, por correr o risco de mercantilizar os espaços. E, apesar da lógica projetual ainda estar muito ligada à mercadológica, pois vivemos em contexto altamente neoliberal, é necessário pensar formas de criação que se aproximem das pessoas e ponham a coletividade como foco, principalmente em se tratando de praças, onde há uma confluência de culturas e interesses, que podem facilmente excluir algum grupo caso não haja uma intervenção cuidadosa.

E foi isso que se propôs e conseguiu fazer com todos os trabalhos de campo aqui realizados, ou melhor denominados “imersões”, que foram de uma forma geral uma experiência antropológica, não apenas a ação de extensão, mas toda a aproximação feita durante 6 meses. Com isso, teve-se uma visão sobre o lugar que não se teria apenas com algumas visitas, o que proporcionou um direcionamento diferenciado à ação de urbanismo tático, sendo aqui uma prática que potencializou ocupações espontâneas periféricas e tornou influente a linguagem transformadora de lutas sociais.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Z. A. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfose**: estudos dos parques urbanos 13 de Maio, Recife – Brasil e do Tiergarten, Berlim – Alemanha. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2006.

BADARÓ, Jane, MARÇAL, Marina, AGUILLAR, Nerea, FREITAS, Rafaela e LINO, Tayane. **Juventude negra, Participação e Movimento Hip Hop: Nas fronteiras do político**. I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidade, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

BRENNER, Neil. **Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** Revista e-metropolis, n. 27, p. 1-18, dez. 2016.

COMPARTH, Fernanda. **Vizinhanças Táticas**. 2017. Projeto-pesquisa - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O que é o poder local**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 2008.

GEHL, Jan B SVARRE. **How to Study Public Life**. Washington: Island Press, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KUWAHARA, Leticia; SALGADO, Victor; SOUZA, Luana. **O surgimento da Periferia Norte de Macapá: Uma breve análise sobre a formação do parcelamento Infraero II**. Artigo apresentado no Simpósio Macapá 75 anos de capital, Macapá, 2019.

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. New York: Island Press, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor et al. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. University of Minnesota Press, Minneapolis, 2001.

MENDONÇA, Eneida. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MORANTA, Tomeu, URRUTIA, Enric. **La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares**. Anuario de Psicología, vol. 36, nº 3, Facultat de Psicologia Universitat de Barcelona, Barcelona, 2005.

PALHETA, Ana Corina, SANTOS, Terena, SERDOURA, Francisco. **Segregação ou Integração dos Espaços Públicos Urbanos: Uma análise da zona norte de Macapá-AP**. Revista GeoAmazônia, p.17-32, Belém, 2018.

PIZZINATO, Adolfo, HAMANN, Cristiano et al. **Mapeamento de ações coletivas de ocupação urbana: uma análise etnofotográfica**. Revista de Ciências Humanas, v. 50, n. 1, p. 106-127, Florianópolis, 2016.

PMM, Prefeitura Municipal de Macapá. **Plano de Regularização Fundiária de Macapá**, 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1995.

ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC SP. (org.). Lazer numa sociedade globalizada. Sesc São Paulo: SESC, 2000.

SILVA, Eliane Aparecida Cabral et al. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá-Amapá**. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas. Campinas, São Paulo, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Eduei: Londrina, 2012.

WHYTE, William. **The social life of small urban spaces. Project for public spaces**. New York, 1980.
